

O fim da alteridade radical e o nascimento do Estado na obra de Marcel Gauchet

The end of radical alterity and the birth of the State in the work of Marcel
Gauchet

Heiberle Hirsberg Horácio¹

[quintushoratius@bol.com.br]

Resumo

Procurei neste artigo construir, baseado no livro *O Desencantamento do Mundo* de Marcel Gauchet, apontamentos que possibilitem a compreensão do nascimento do Estado pela obra do autor. Para tanto, torna-se necessário uma explanação sobre a origem do religioso e das religiões primeiras e seus atributos, já que para Gauchet a causa do Estado está relacionada a descontinuidade do religioso ou da religião em estágio puro.

Palavras-chave: Religiões primitivas; Nascimento do Estado; Gauchet.

Abstract

I tried to build this article, based on the book *The Disenchantment of the World* of Marcel Gauchet, notes in which to understand the birth of the state by the author's work. For this, it is necessary that we explain the origin of religions and religious first and its attributes, as for the question Gauchet state is related to discontinuation of religious or religion-stage pure.

Key words: Primitive Religions; Birth of the State; Gauchet.

Introdução

No pensamento de Marcel Gauchet (2005, p. 51) o surgimento do Estado “é o acontecimento que parte a história em duas e faz entrar as sociedades humanas em uma época nova, faz entrar precisamente na história”. Para o filósofo francês o Estado representa a primeira descontinuidade fundamental do “nascimento do religioso” e a mais importante. Ou seja, o surgimento do Estado está no cerne do processo que levará a substituição da religião de seu estágio “mais puro” e ao consequente “desencantamento do mundo”.

¹ Doutorando em Ciência da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora

Para a compreensão do que Gauchet chama de religião em estágio puro, da causa do surgimento do Estado e do porque do Estado representar a descontinuidade do religioso, torna-se relevante que explanemos sobre a origem do religioso e sobre a compreensão de religião primeira no pensamento de Marcel Gauchet, principalmente na obra fundamental *O Desencantamento do Mundo*. Além disso, destacamos que a compreensão do surgimento do Estado na referida obra só se dá pelo entendimento de todo o processo do devir do religioso.

A origem do religioso e a religião primeira

Para Gauchet a religião nasce da “dívida de sentido com a alteridade”, i.e., de como a sociedade concebe seu significado por uma dívida de sentido e através desta dívida, sendo o fundamento da dívida de sentido a necessidade de uma sociedade se pensar no outro, no seu exterior, ou nas palavras do filósofo: “ela pensa-se pensando que um outro a pensa”. Assim a religião é estabelecida através de uma relação de “negatividade do homem consigo mesmo” (Gauchet, 2005, p. 32).

Segundo o pensador, na origem se dá a despossessão radical, a alteridade integral do fundamento. O homem nega o mundo natural e a religião torna-se a negação da negação, sendo a negação condição antropológica desse homem, que quando se determina, nega-se. Assim, na origem tem-se a negação da autonomia do ser humano, ou seja, uma dívida de sentido “forma mais determinante da crença religiosa.”

Deste modo, o homem tem a percepção que deve a ordem do mundo em que vive a “forças” diferentes das dele. Esse homem e a sociedade em que está inserido, busca fora dela o seu princípio fundador e ordenador. A sociedade faz-se em coisa diferente dela e, esse homem que pensa a si mesmo através dessas forças externas, as sacraliza. Para Gauchet: “não existe sociedade sem uma separação em relação ao seu princípio de existência”, sobretudo as sociedades primitivas.

Aqui abriremos parêntese para ressaltarmos que para o filósofo as transformações materiais na base da sociedade podem não interferir na percepção cultural ou religiosa dessa sociedade, já que a compreensão desse aspecto produtivo é subordinada pelo entendimento do sagrado. Assim:

A maior parte das sociedades primitivas ou selvagens que conhecemos são sociedades neolíticas em que a adoção da agricultura, em particular, não levou substancialmente a uma modificação do sistema de crenças. Melhor dito, o

acontecimento foi traduzido na linguagem da despossessão e da dívida; assim, essa obra humana que é por excelência a domesticação das plantas advém do dom dos deuses, contribuição de um herói dos tempos originais, cuja lição nada mais se faz do que seguir repetindo (Gauchet, 2005, p. 37-51).

Abrimos o parêntese acima para apontarmos que essas sociedades ditas primitivas² indicadas pelo pensador atribuem o seu sentido sempre ao outro e, assim, neutralizam “uma cisão originária que penetra a espécie humana”, funcionando como sociedades unidas e indivisíveis, submetidas à dívida de sentido existente fora dela.

Observa-se que o filósofo aponta que há a necessidade da sociedade primitiva estabelecer que as leis e os saberes que a regem venham de um plano diferente dela e, conseqüentemente, tal atitude leva a sociedade à submissão aos princípios soberanos exteriores, “que falam de cima”. Logo, esses fatores constituintes das sociedades primitivas, como a exterioridade e a dívida, funcionam como mecanismos contra a divisão política que todas as sociedades são portadoras.

Nas religiões primeiras os princípios que movem a natureza ou a sociedade não são dominados pelo homem, pois existe uma relação de desapossamento, atribuindo essa ordenação aos antepassados, deuses e/ou heróis. Essa negação de si, essa crença no outro é a base da crença religiosa primitiva.

É essa religião primitiva, com seus atributos supramencionados, que Gauchet considera como religião pura. O pensador inverte a idéia de que o monoteísmo seria o desenvolvimento de uma complexidade religiosa, considerando o período do surgimento deste como aquele onde reside uma redução na multiplicidade do visível e do invisível já que estão “unidos” a “um princípio fundador integral” (Steil, 1994).

Essa religião em estado puro, Louis Duménil chama de holista, onde os princípios coletivos extrapolam as vontades individuais.

O modelo holista corresponde exatamente, na história, ao tempo das sociedades que podemos chamar religiosas, em função não tanto das crenças de seus membros, quanto de sua articulação efetiva em torno do primado do religioso, i.e., o prevalecer absoluto de um passado fundador e de uma tradição soberana, que pré-existe as preferências pessoais e impõem irresistivelmente como lei geral, a regra comum válida para todos desde sempre. Em outro sentido (voltaremos sobre isso), a entrada de um tempo individualista é, no mais profundo, saída do tempo do religioso; a

² Gauchet vai na contramão das perspectivas que indicam as religiões primitivas como menos complexas e em estágios inferiores as religiões monoteístas. Dentro do arcabouço teórico do filósofo observamos que: “o que acostumamos chamar de ‘grandes religiões’, ou ‘religiões universais’, longe de encarnarem o aperfeiçoamento quintaessenciado do fenômeno, representam na realidade outras tantas etapas de seu afrouxamento e dissolução, sendo a nossa, a mais grande e universal, a religião de deus único, aquela através da qual pode operar-se a saída da religião” (Gauchet, 2005, p. 17).

dependência do conjunto e da dívida com o outro desfazem de maneira ajustada (Gauchet, 2005, p. 41).

Abrimos aqui outro parêntese para dizer que Gauchet compreende a religião como fenômeno histórico marcado por um início e por um fim. Carlos Alberto Steil em artigo sobre Gauchet fala de três grandes marcos que sinalizariam a história da religião no Ocidente: a religião pura, a religião da transcendência e o “fim da religião”. Demonstra ele que o surgimento da religião da transcendência se constituiu como uma grande crise religiosa por reduzir a “prática de alteridade do fundamento” afastando os deuses do seio do povo.

Retomando nossa exposição sobre a sociedade primitiva, salientamos que nela não há separação institucionalizável entre a norma e o ser, característica cultural inerente a religião primitiva, que para, além disso, compreende as razões de sua organização para fora da sociedade, i.e., “a exterioridade simbólica do fundamento social contra a separação efetiva da autoridade política: tal é a filosofia da religião primitiva” (Gauchet, 2005). Tal atividade objetiva o impedimento de qualquer homem falar em grau de superioridade no coletivo, ou seja, de exercer o poder. Assim, observamos nas palavras do autor uma “desposseção radical como meio de uma igualdade política última”, impedindo qualquer coação dos homens pelos homens a medida que estão submetidos a vontade dos deuses e regidos pelos mitos e antepassados em tempos sagrados.

Ela não é simples tempo antigo no prolongamento do qual se situaria o presente social, ela é de um tempo em que sucedeu qualquer coisa que não tem lugar no tempo atual dos homens, a saber, uma instauração; nada existe entre o tempo de origem e o tempo presente, eles estão colados um ao outro, como o original do estado do mundo e a sua réplica forçosamente fiel em todos os aspectos. Como não ver que do que se trata rigorosamente de banir é a idéia de uma intervenção criadora dos homens no campo da sua vida social? (Gauchet, 2005, p. 79).

Para o filósofo, nesse processo a lei “externa” possui um caráter neutro, pois na sua formulação se afasta daqueles que se interessam em utilizá-la para exercício do poder. Todo o dispositivo social dirige-se para impedir que um homem passe para o lado da verdade dos deuses e assuma papel distinto especial. Neste caso, pode-se indagar pela presença dos xamãs. Todavia, para Gauchet, apesar do prestígio que o xamã possui ele é tido como comum, pois sua passagem ao invisível não altera a estruturação ordenadora. Assim:

O xamã segue sendo um manipulador dotado de uma faculdade privilegiada de movimentar-se entre os vivos e os mortos, entre as almas e os poderes mágicos... pois há uma viagem possível ao outro lado da realidade, mas não uma passagem concebível do outro lado do passado fundador e da lei instauradora, cujo ciclo ritual está aí para assegurar a perpetuação impessoal (Gauchet, 2005, p. 46).

Essa “atividade” preventiva onde “uma sociedade em que a subtração religiosa do princípio instaurador previne e desarma a separação de uma autoridade legitimante e coercitiva” (Gauchet, 2005, p. 38) é chamada por Pierre Clastres de sociedade contra o Estado.

Sendo nosso objetivo a compreensão do fundamento do Estado, e que para isso precisávamos entender o religioso primitivo, a primeira tarefa nos parece cumprida. Tratando do Estado, seu fundamento está no mesmo cerne que o religioso, já que para Gauchet compreender porque os homens se tornaram devedores e porque as sociedades se projetavam além delas próprias, é “compreender porque foi possível o Estado num dado momento do devir humano-social”. Há o Estado porque houve a primeira separação estabelecida pela religião.

O surgimento do Estado

O surgimento do Estado³ não significa um corte, uma criação radical na história da sociedade, nem o surgimento de algo extremamente novo, mas uma possibilidade presente na história humana. Todavia, importante ressaltarmos que o estabelecimento do Estado também não está na raiz das sociedades anteriores. Não há uma passagem lógica de uma estrutura para a outra. No entanto, observamos com o surgimento do Estado e da divisão da sociedade, uma nova maneira de reconhecimento dos indivíduos uns para com os outros, i.e., diferenciação em função da separação autoridade/obediência. Uma autoridade que se é nova nas relações individuais, já existia nas relações com o Outro radical, e com a modificação ou rompimento com o “além puro” haverá a justificativa para a divisão entre os homens.

A dinâmica interna (opressão) e externa (expansão) própria da ação do estado criou condições para que o pensamento religioso pudesse romper com a economia primitiva do único fundamento. Com o estado, efetua-se um processo de subjetivação do fundamento social. Os homens reunidos mediante a força centrípeta do estado, passam a se compreender como sujeitos, frente ao outro sujeito, colocado

³ “Por volta de 5000 anos tem o Estado, tal como o conhecemos, e antes o que havia? Aquela manifestação que denominamos de religiosas. O que havia antes desses 5000 anos era a religião, em seu estado mais puro sem a concorrência do Estado” (Barroso, p. 6).

fora do mundo. Com a emergência do estado se dá também a emergência do indivíduo (Gauchet, 2005, p. 57).

Observamos que o surgimento do Estado é o surgimento de “um representante do invisível”. Surge com o Estado, um refluxo do dispositivo de diferença que antes impossibilitava a divisão na sociedade.

É sempre aos deuses que se deve o sentido, mas é aos deuses através de um intermediário e na pessoa de outros homens. O estado surge fazendo refluir contra a sociedade o dispositivo de diferença destinado inicialmente a defender a sociedade contra o estado. Mas é manifesto que não é o estado que cria a exterioridade do fundamento pela qual ele justifica a sua separação. Ele limita-se a explorar um reconhecimento, já imemoravelmente constituído, de que a lei das coisas está fora do domínio dos homens (Gauchet, 1980, p. 68).

Para o filósofo a passagem para uma outra economia de pensamento dada pelo Estado pode ser indicada quando “os deuses passam a ser socialmente discutidos”(Gauchet, 2005, p. 53), e que diferente das relações que os xamãs possuíam nas sociedades primitivas, aqui há o poder de alguns homens em nome dos deuses e sobre os decretos desses deuses.

O vácuo com o divino aumenta à medida que cresce a aplicação do poder dos homens sobre eles mesmos, uma vez que “quanto mais é pensado e reverenciado Deus como completamente outro, menos é percebido e realizado por eles como outro aquele que governa a existência das criaturas” (Gauchet, 2005, p. 50).

Para o pensador o que prevenia a divisão entre os homens nas sociedades primitivas era a separação existente entre eles e suas origens, de uma maneira que eles não podiam alterá-la. Com o surgimento de “um aparato de dominação”, surge também a divisão entre os que estão ao lado dos deuses e os que não estão.

As versões desse fenômeno são múltiplas: desde o déspota deus-vivente em que o Outro de que dependem os homens toma decisivamente figura humana, até o tempo em que Deus em pessoa se faz presente, sem encarnação humana propriamente dita, porém com servidores e porta-vozes. Em todos os casos, de uma forma ou de outra, é esse o novo corte – o capital-, a refração da alteridade divina no interior do espaço social, concreção do extra-humano na economia do vínculo inter-humano (Gauchet, 2005, p. 52).

Observamos que o rei sagrado é o Estado, ele chama de Estado a divisão política que é um efeito da divisão do visível e do invisível, e temos então com o Estado a redução da alteridade, e conseqüentemente um processo de descomplexização do religioso. Esse processo desemboca em fenômenos políticos onde em determinado

momento os reis não são mais representantes do divino, já que suas figuras são figuras onde seus corpos são os vetores de unidade do coletivo.

Efeitos das transformações do Estado

Seguindo o esquema de compreensão proposto por Gauchet, ao escrever a obra base por nós estudada nesse artigo, *O Desencantamento do Mundo*, apontaremos agora os “efeitos” das transformações do Estado, isto é, determinações que passam a operar nas organizações sociais após o surgimento do Estado. São elas: o nascimento das lógicas do: “elemento hierárquico; [do] outro da relação de poder, e o último, da dinâmica da conquista” (Gauchet, 2005, p. 54).

Tratando do elemento hierárquico, inicia-se com esse dado a era do culto, da adoração, pois a hierarquia necessita de subsídios para manter a agregação do corpo social conjuntamente com suas normas, sendo a hierarquia estabelecida além das relações entre os homens, mas também dos homens com os deuses. O visível e o invisível estabelecem também relações de sujeição. Esse elemento hierárquico mantém a agregação da sociedade que antes se agregava pela ação dos rituais.

Dito de outro modo, a hierarquia é a repetição, em todos os níveis da relação social, da relação seminal entre a sociedade e seu fundamento em função da interseção central do visível e do invisível que determina propriamente o lugar do poder (Gauchet, 2005, p. 55).

Outro fator importante de transformação no elemento divino se dá através da dominação, dado relacionado “a dimensão subjetiva inerente a relação de poder” (Gauchet, 2005, p. 57). A dominação estabelece uma tensão coercitiva que mantém a sociedade estruturada de acordo com a lei seguida por esta dominação. Este dado se articula ao elemento invisível e utiliza-o como complemento para manutenção da sua ordem através das simbologias que sustentam a coesão social. Assim:

Através de uma tensão coercitiva com o resto da sociedade a mantém fiel a sua lei e em harmonia com as forças do universo. Relação cujo jogo interno, nos títulos complementares, é por natureza suscetível de desembocar em uma dinâmica subjetiva que põe em questão, de raiz, o imutável estabelecido, seja, do ponto de vista da instância do poder, já desde o ponto de sua garantia sobrenatural (Gauchet, 2005, p. 58).

Na dinâmica das transformações oriundas do surgimento do Estado, Gauchet menciona também a “conquista” como uma nova ação do Estado, isto é, o acionamento da guerra de conquista, pois com o advento do Estado suas formas e sentidos são

modificados, uma vez que o significado da guerra para o Estado será distinto do significado da guerra primitiva que seguia uma lógica de diferenciação, levando a aniquilação.

A guerra primitiva sustenta a diferenciação das comunidades, que vivem “desta confrontação potencial que a opõe a todas as outras” (Gauchet, 2005, p. 59). Assim não existirá a agregação de grupos, mas expulsão, aniquilação. Na guerra primitiva temos expulsões, destruições, mas nunca inclusões de um grupo por outro grupo.

Na lógica primitiva da oposição (virtual) da cada grupo com os outros não se trata, como observamos, de assegurar permanentemente sua indivisível identidade, pois tão pouco da certeza socialmente encarnada, de certa maneira, de ocupar o centro do mundo. O etnocentrismo radical forma parte integrante do dispositivo: a única boa maneira de ser é a nossa; os únicos seres verdadeiramente dignos do nome dos homens somos nós (Gauchet, 2005, p. 61).

Com o advento do Estado e com a redução da lógica da alteridade, passa o Estado a se interessar pela expansão e assimilação. Deste modo, podemos observar o elemento da subordinação, que surge da divisão de poderes entre os homens.

Esta subordinação do outro grupo passa a ser integral, total. “O verdadeiro rei é o rei dos reis, segunda a obsessiva fórmula dos titulares imperiais” (Gauchet, 2005, p. 60). Agora o que determina a unificação dos homens é a lei verdadeira, imprimida pelo conquistador.

Gauchet considera que, com o surgimento do Estado e com os efeitos que esse surgimento cria, efeitos apontados por nós acima, abre-se uma metamorfose na relação com a alteridade que constituíra o fundo do surgimento do período axial.⁴

O desembocar no período axial

Neste período observamos a transmutação do religioso pela erupção da transcendência e conseqüentemente o estabelecimento do “cuidado do verdadeiro mundo contra esse mundo”, além das mudanças nas regras e nas leis da vida, tendo tudo isso por traz as mutações promovidas intrinsecamente pelo Estado.

Se o pensamento primitivo caracteriza-se por ser impessoal e imanente, em estabelecer uma conjunção plena entre visível e invisível para uma indivisão social, o

⁴ Para Karl Jaspers “Este eixo da historia universal parece situar-se na evolução espiritual levada a cabo entre os anos de 800 a 200 a.c. surgiu dessa época o homem com que até hoje vivemos”. Porém, importante ressaltarmos que Gauchet indica que Jaspers não se refere ao grande desenvolvimento espiritual intrínseco à divisão política (Gauchet, 2005, p. 63).

pensamento que surge depois da ruptura axial é subjetivado e transcendente, possui um princípio de pensamento unitário (universo múltiplo – dualista) e divisão social.

Separação deste mundo e do mais além, subjetivação do princípio divino, universalização da perspectiva de vida: estas são os resultados fundamentais da subversão religiosa, alojada na intimidade mesma da articulação coletiva, que penetram e cristalizam o seio do discurso social, no momento do surgimento espiritual da época axial (Gauchet, 2005, p. 63).

Sobre o período axial, o filósofo Karl Jaspers fala de uma abertura decisiva instauradora de uma lógica operacional que desemboca em novas questões e no aparecimento de sistemas relacionados a essas questões, como: Confúcio e Lao-Tsé na China além da filosofia chinesa, na Índia Buda e os Upanissades, no Irão Zaratustra, os profetas na Palestina, na Grécia: Homero, os filósofos Parmênides, Heráclito, Platão entre outros (Jaspers, 1987, p. 92). Jaspers aponta que todos nascem no mesmo período sem tomarem conhecimento uns dos outros e que o fundamental dessa época reside no fato de:

O homem ter tomado consciência do ser na totalidade, de si próprio e dos seus limites. Sofre a experiência do temor do mundo e da sua impotência. Põe-se as questões fundamentais e, do abismo em que se encontra anseia pela libertação e pela salvação (Jaspers, 1987, p. 93).

Gauchet escreve sobre a dificuldade de compreensão desses surgimentos em série, tanto em relação à distância das tradições quanto em relação aos contextos e linguagens, além da “desigualdade do desenvolvimento” desses períodos. Assim, limita-se a apontar que a alternativa é a busca do entendimento de certa unidade de sentimentos no que diz respeito ao: “rechaço deste mundo e aspiração a outro, depreciação desta vida e busca da salvação, carga imperativa dos seres sobre eles mesmos, ao menos em função de outra ordem da realidade” e que as demais comparações ou estabelecimentos comprometem a compreensão dessas realidades.

Assim concluímos com a compreensão de que surge no período axial os reis sagrados, em seguida a religião da transcendência, que se caracteriza por ser a primeira grande crise religiosa e que possui como decorrência o surgimento das religiões monoteístas, como o cristianismo, “a religião da saída da religião”. Tal movimento para o filósofo se constitui como o “momento de saída” do religioso, não a morte do religioso, mas “suas metabolizações mundividenciais” e/ou um mundo religioso, mas desencantado.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Wilmar do Valle. Considerações sobre o rumo da ética e da religiosidade em um mundo flutuante. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 1, 2006.

BARROSO, Marco Antônio. *A Religião na constituição do Estado- Marcel Gauchet e a "história" da construção das sociedades democráticas.*
<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/Gauchet.pdf>

CATROGA, Fernando. A religião civil do Estado-Nação: os casos dos EUA e da França. *Revista da História das Idéias*, Coimbra, v. 26, 2005.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade contra o Estado*. 2. ed. Cosac Naify, 2007.

GAUCHET, Marcel. *O Desencantamento do Mundo*. Madrid: Editora Trota S.A., Universidade de Granada, 2005.

_____. *A Dívida do Sentido e as Raízes do Estado*. In: CALASTRES, Pierre, et al. – Guerra, Religião, Poder. Trad. de João Afonso dos Santos. Lisboa: Edições 70, 1980, pp. 51-89.

JASPERS, Karl. *Iniciação Filosófica*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

RÉMOND, René. Do Político. In: RÉMOND, René. *Por Uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

STEIL, Carlos Alberto. Para ler Gauchet. *Revista: Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, 1994, pp. 24-49.